

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 108.022 - MS (2019/0035076-0)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : A M (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por A. M. contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul.

Consta dos autos que o recorrente foi preso, em 23 de dezembro de 2018, pela suposta prática dos delitos previstos no art. 129, § 9º (lesão corporal em violência doméstica), e no art. 217-A (estupro de vulnerável), ambos do Código Penal.

Na ação originária, alegou a defesa a falta dos pressupostos autorizadores para a custódia cautelar. No entanto, a Corte de origem denegou a ordem, nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 69):

HABEAS CORPUS - LESÃO CORPORAL - VIOLÊNCIA DOMÉSTICA - ESTUPRO DE VULNERÁVEL - PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA - PRESCINDIBILIDADE DE MEDIDA PROTETIVA ANTERIOR - DESNECESSIDADE DE PROTEÇÃO À INTEGRIDADE FÍSICA E PSÍQUICA DAS VÍTIMAS - CUSTÓDIA CAUTELAR MANTIDA - DECISÃO PROFERIDA POR JUÍZA PLANTONISTA NO FERIADO FORENSE - COMPETÊNCIA - ORDEM DENEGADA.

A prisão preventiva nos crimes praticados em situação de violência doméstica pode ser decretada diretamente, independentemente de qualquer medida protetiva anterior, e pelo tempo necessário, não necessitando guardar vinculação com a pena de uma eventual e futura condenação, desde que os elementos concretos dos fatos indiquem a sua indispensabilidade para resguardar, de imediato, a integridade da vítima de violência de gênero.

Na hipótese, o paciente foi preso em flagrante acusado da prática do delito de lesão corporal em situação de violência doméstica contra sua companheira.

Ato contínuo, houve a notícia e registro da ocorrência do crime de estupro de vulnerável, em tese, praticado pelo paciente contra a enteada. A decisão que decretou a prisão preventiva do paciente foi proferida por juíza plantonista durante o feriado forense, não restando dúvidas, portanto, de sua competência jurisdicional para

atuação no feito.

Contra o parecer, ordem denegada.

Nas razões do presente recurso ordinário, a defesa reafirma as alegações originárias.

Diante disso, pleiteia, liminarmente, que o acusado aguarde em liberdade o julgamento final deste recurso e, no mérito, a revogação do decreto de custódia preventiva, com a expedição do competente alvará de soltura, para que o recorrente responda solto ao processo.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito recursal, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste feito.

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo*, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste recurso.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2612 - Brasília, Disponibilização: Sexta-feira, 15 de Fevereiro de 2019 Publicação: Segunda-feira, 18 de Fevereiro de 2019

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator

